

Brasil

Livre mercado é a solução

HORÁCIO LAFER PIVA

Após um difícil mas positivo período a caminho do pleno exercício do livre mercado, o País volta novamente a viver um viciado e incompreensível clima de incertezas. Tanto o governo quanto as classes empresariais já esperavam que o processo de descongelamento traria um impacto inicial na taxa de inflação, acreditando, porém, que a absorção deveria ser natural, com os índices seguintes mais moderados na medida em que o comando da demanda se desse por uma indesejada mas contida massa salarial. Pela livre negociação, o poder de compra do consumidor brasileiro se recuperaria.

É certo que o País vive um momento estruturalmente difícil. Não podemos nos esquecer de que os problemas anteriores não se dissiparam com a posse do ministro Marcílio Marques Moreira. A economia apenas está passando por uma fase de alívio psicológico, sem maiores decisões que trouxessem resultados concretos. O que impressiona, entretanto, é o desespero que se fez presente no curto espaço de uma semana, criando uma expectativa que se espalha sobre o mercado com nefastos efeitos.

Além de a atual equipe estar ocupando o vazio político deixado pelos Planos Collor 1 e 2, há um clima de negociação, o qual, embora mal colocado em virtude de não ter sido apresentado à sociedade para discussão anterior e não propor soluções substantivas imediatas, acena, pela possibilidade de um acordo com os governadores, com algumas possibilidades de se criar um ambiente positivo no médio prazo.

A esfera federal se dispõe a discutir um aumento da carga tributária global via aumento de contribuintes, mas, com a redução da quantidade de impostos, colabora na rolagem das dívidas mobiliárias, concede avais para a captação de recursos externos.

Se os Estados aceitassem um plano de amortização de seus débitos e enquadrasssem suas receitas, resultados financeiros importantes poderiam ser apurados ainda no começo do próximo ano. A sustentação no Congresso para o voto de mudanças constitucionais, muito importante, certamente seria civilizadamente discutida entre as partes.

Existe um problema grave dado pelos novos controles sobre a expansão da base monetária e pela restrição do crédito com altas taxas de juros; aliado a um duvidoso controle dos preços. Este, sim, pode levar a economia novamente a um perigoso risco de estagnação, uma explosiva mistura de inflação com recessão. Mas isso pode também ser evitado se houver bom senso das partes e uma indicação de que haverá um efetivo esforço no levantamento das causas estruturais, sem prejuízo da administração de medidas de curto prazo.

O saneamento da dívida dos Estados e dos municípios continua na ordem do dia, junto com



a conclusão do acordo externo e a retomada do investimento. O que se deve evitar é voltarmos a correr o risco de um desequilíbrio fiscal via colocação de títulos intensa e de alto custo, medida sempre paliativa que não cuida do horizonte de longo prazo.

Jornais publicaram há pouco os exemplos da Dinamarca e da Irlanda, onde um forte e bem administrado ajuste fiscal não trouxe os efeitos contracionistas tão alardeados. Ao contrário, provocou expansão. Ambas as economias voltaram a crescer, com aumento na taxa de consumo e de investimento.

A inflação é um terrível mal, um perverso instrumento de concentração de renda. Tem de ser debelada. O problema é que um país tão habituado a ela deve supor que apenas de forma gradual e com sacrifícios sabiamente distribuídos se poderá combatê-la. O governo tem hoje uma margem estreita de ação, suporta enormes desatualizações em suas tarifas, vê a perda de competitividade do produto brasileiro, com consequente redução dos dólares necessários ao pagamento da dívida por conta da sobrevalorização do cruzeiro, e ainda tem de administrar uma possível fuga de ativos para o dólar e o ouro.

Algumas pesquisas já apontaram a decisão de muitos detentores de cruzados de os manterem na poupança quando da liberação dos recursos. O aumento das taxas de juros não desovará estoques, porque estes inexistem. Não dificultará o consumo, porque este também já está baixíssimo. Esse movimento radical vai provavelmente tratar de um problema mas certamente criar outro.

A experiência recente mostrou que a recessão traz em seu bojo a questão do déficit endógeno, uma perda de arrecadação que é vital para o fechamento das contas públicas. Por sua vez, a inflação criada fortalece as demandas por reindexação salarial, restabelecendo o fantasma da espiral preços—salários, com prejuízos históricos para este último. Já não basta a perspectiva de uma safra agrícola fraca e a certeza do déficit fiscal, para ainda se criar outro elemento de perturbação na relação entre os agentes econômicos?

Perdida a fase de trégua inflacionária, a equipe econômica terá de encontrar novos caminhos de estabilização. É uma luta de toda a sociedade e, como tal, o retorno da surrada discussão do pacto social como única alternativa consistente. Se o crescimento via inflação e gastos públicos é inviável, o arrocho também o é. Ambas as medidas aprofundam uma dívida social hoje já quase irrecuperável. Vamos acreditar que só a livre relação entre oferta e demanda pode levar o País a encontrar seu ponto de equilíbrio e trabalhar, lutar, produzir, fazendo desse esforço a regra e projetando um futuro mais condizente com a perspectiva que para nós se tornou a única saída.

□ Horácio Lafer Piva é diretor da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).